

Neste final de milênio, o Brasil — que como nação independente não tem sequer dois séculos — está diante de dois caminhos. Um é o que conduz à modernidade, à inserção competitiva na economia global e a uma maior qualidade de vida. O outro, opostamente, leva ao atraso, a um papel periférico na globalização e a uma deterioração das já penosas condições de vida dos brasileiros.

Ao se abrir à economia mundial no início de 90, o Brasil parecia ter optado pelo primeiro caminho. Supunha-se que a exposição à modernidade externa seria suficiente para tirar o País do atraso. Rapidamente, percebeu-se que a abertura, embora necessária, não é por si só suficiente.

Isto ocorre porque a concorrência se dá com países de inflação permanentemente baixa, dotados de estruturas estatais enxutas e eficientes, cargas tributárias nacionais e razoavelmente bem distribuídas. Esses e outros fatores dão competitividade aos produtos e serviços oferecidos por esses países.

Era preciso que o Brasil operasse uma grande transformação, em duas etapas. A primeira consiste no domínio da inflação, na qual se está obtendo um êxito inegável. O governo atual tem a clara noção de que foi eleito para isso mesmo. Prova disso é que o Executivo até agora demonstrou uma determinação política incessante de utili-



**Está nas mãos do Congresso escolher o caminho certo para evitar o país do atraso**

zar todo o arsenal de medidas econômicas necessárias para manter a moeda estável.

A segunda etapa é a de criação de condições internas que possibilitem ao País a inserção competitiva na economia global. Não é possível concorrer em uma economia aberta, com as distorções remanescentes do período em que estivemos fechados. Daí a importância das reformas tributária, previdenciária, administrativa, fiscal e pa-

trimonial.

O governo e as lideranças responsáveis da sociedade civil têm perfeita consciência de que, sem as reformas, a inserção do Brasil na globalização será cada vez menos competitiva, o custo social da luta contra a inflação cada vez mais alto e a qualidade de vida algo inatingível para a grande maioria da população.

Se é assim, por que as reformas não avançam? Frustraram-se as expectativas dos que achavam que o Executivo conseguiria impulsionar as mudanças estruturais com a mesma eficiência demonstrada no combate à inflação.

Ao final de um ano em que as propostas de reformas já deveriam estar aprovadas e implementadas, assistimos impotentes a uma tramitação lenta no Congresso, que se paralisa toda vez que o Executivo se defronta com casos como o da crise do Banco Econômico ou o do grampo telefônico amazônico.

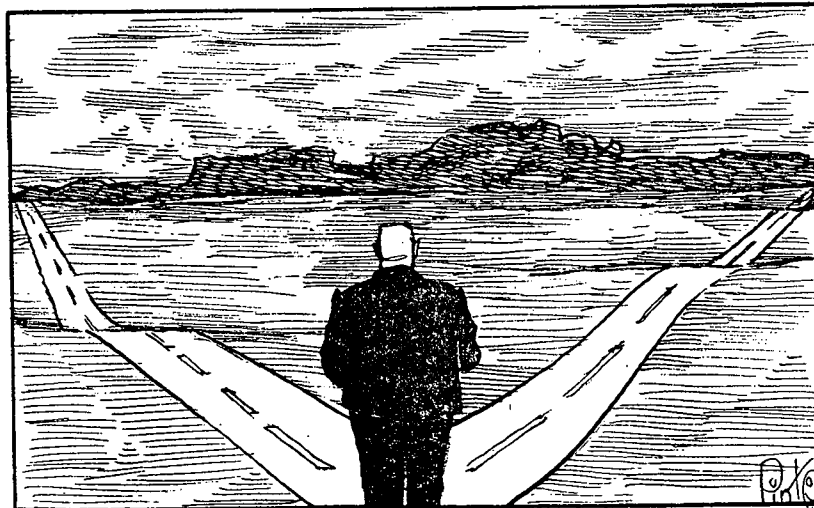
Enquanto o principal está atrasado, caminha apenas o emergencial, como o Fundo de Estabilização Fiscal da União, ou a criação de mais um tributo, a Contribuição sobre Movimentações Financeiras vinculada à saúde, na contramão da modernidade que requer menos impostos. A sociedade apóia a luta do Ministério da Saúde para evitar que cidadãos continuem morrendo por falta de assistência médica. Mas é preciso que esses recursos saiam do Orçamento e de uma administração eficien-

te. Caso contrário, daqui a pouco teremos contribuições para a educação, agricultura, saneamento do sistema financeiro, etc.

O mais preocupante é que essas reformas fiquem para 96, um ano eleitoral. Como se sabe, o Congresso tende a reduzir sua já discutível produtividade em anos desse tipo. E, para agravar o cenário, mais de cem parlamentares sairão candidatos a prefeito.

Preocupadas com a paralisação do andamento das reformas, entidades empresariais e sindicais como CNI, Fiesp, PNBE, Força Sindical, Sociedade Rural, Câmara Americana de Comércio, Associação Comercial e outras vêm se reunindo e atuando conjuntamente em favor da implementação das mudanças estruturais já.

O que esse conjunto de entidades pede, na verdade, é pouco. Quando o governo enfrenta uma crise, não afrouxa nos mecanismos de controle da inflação. Da mesma forma, diante de obstáculos políticos, não deveria esmorecer em suas negociações no Congresso para a aprovação das reformas. É preciso atuar de modo obsessivo no convencimento das lideranças no Congresso, a começar das próprias. Dos parlamentares, a sociedade espera que as querelas partidárias sejam deixadas de lado em favor do Brasil. Está nas mãos do Congresso simplesmente a responsabilidade de escolher o caminho certo para evitar que nossos descendentes vivam no País do atraso. É a última encruzilhada, porque o caminho escolhido não permitirá volta.



■ Salo Seibel, empresário, é 1º coordenador-geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)